

A ESTRATÉGIA DA INDEPENDÊNCIA

FERNANDO MANOEL FONTES **DIÉGUES***
Vice-Almirante (Ref²)

SUMÁRIO

Introdução
O contexto político-estratégico
A estratégia em formação
As opções navais da estratégia
A estratégia em execução
Conclusão

INTRODUÇÃO

São muitos os exemplos de decisões e linhas de ação que configuram uma estratégia inscritos na História. Dela se desprendem exemplos notáveis; destacam-se, sobretudo, os momentos cruciais em que a sorte ou, até mesmo em certos casos,

a própria sobrevivência do Estado ou da nação dependeram da justeza das decisões e iniciativas do estadista.

Uma dessas ocasiões emerge – como procuro expor neste artigo – ao deflagrar-se a luta pela Independência do Brasil. Diante do inconformismo de Lisboa, a liderança independentista teria de se munir

* Comandou o NApOc *Barão de Teffé*. Foi secretário da Comissão Interministerial de Recursos do Mar, diretor da Escola de Guerra Naval, comandante do 5º Distrito Naval e diretor de Hidrografia e Navegação. Na reserva foi conselheiro militar da Delegação do Brasil junto à ONU, em Genebra. Atualmente é vice-presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos (capa) – Escola de Guerra Naval. É autor do livro *A Revolução Brasileira: o Projeto Político e a Estratégia da Independência*. Editora Objetiva, 2004. Habitual colaborador da *RMB*.

dos meios e implementar ações destinadas à neutralização das esperadas tentativas portuguesas de recuperação da ex-colônia; teria de conceber e executar uma estratégia que garantisse a existência do novo Estado em gestação.

O exame desse episódio de nossa história provê ideias e lições; projeta-se como um modelo em condições de enriquecer o pensamento estratégico de nossos dias. Considerando essa possibilidade, preparei o presente artigo¹, no qual focalizo a visão e as decisões estratégicas da liderança brasileira ao descortinar-se a luta. Visão e decisões derivadas do contexto político-estratégico de realização da Independência. Por isso mesmo, começo por destacar os elementos mais salientes desse contexto.

Para os independentistas, as ameaças à consumação do projeto de independência são muito claras: as forças navais e terrestres das Cortes de Lisboa

O CONTEXTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

Em uma das páginas de seu famoso livro², Clausewitz pergunta: “O que se procura alcançar pela guerra e na guerra?” Em resposta à primeira parte da questão, afirma que, pela guerra, pretende-se alcançar um objetivo político. Destaca, assim, o caráter instrumental da guerra. À segunda parte responde que, na guerra, procura-se atingir o objetivo intermediário, de natureza militar, que propicia condições para a con-

cretização do objetivo político. E conclui: “Essa ideia dominante prescreve todo o curso da guerra, determina a extensão dos meios e a medida da energia a desenvolver; sua influência se manifesta até nos menores detalhes da ação”.

Essa maneira de dizer que a guerra é a continuação da política com a introdução de meios violentos implica considerar cada guerra como tendo um sentido e conteúdo singulares, derivados da razão política que lhe dá origem. Supõe uma intenção política motivando a atuação dos agentes do conflito.

No caso do processo da Independência ela começa a se manifestar nos episódios do Fico (9 de janeiro de 1822) e da criação do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil (16 de fevereiro). Irá

se afirmar com a convocação da Assembleia-Geral Constituinte e Legislativa para o Brasil (3 de junho) e os Manifestos aos Povos do Brasil e às Nações Amigas (agosto). No Grito do Ipiranga (7 de setembro) se formaliza sem quaisquer reservas. Tornar-se-á definitivamente consciente de si mesma com a proclamação de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil (12 de outubro), sua coroação e sagração (em 1ª de dezembro).³ A intencionalidade, primeiro subentendida e em seguida explícita nessas iniciativas, traduz o objetivo

1 O texto do artigo se baseia em um dos capítulos de meu livro *A Revolução Brasileira: o Projeto Político e a Estratégia da Independência*.

2 Clausewitz, Carl Von. *De la guerre* [Vom Kriege]. Tradução de Denise Naville. Paris: Les Éditions de Minuit, 1955, p. 671.

3 Várias obras tratam do processo político da Independência. Dentre as mais significativas, que podem ser consideradas como clássicos sobre a matéria, destaco: *História da Independência do Brasil*, de Varnhagen; *A Elaboração da Independência*, de Tobias Monteiro; *O Movimento da Independência*, de Oliveira Lima; e o volume IV da *História do Brasil*, de Rocha Pombo.

político que a liderança brasileira pretende consumir: a Independência.

Para os independentistas, as ameaças à consumação desse projeto são muito claras: as forças navais e terrestres das Cortes de Lisboa, que estão sendo preparadas para serem enviadas ou que já se encontram estacionadas no Brasil e resistem à implantação da nova ordem. São várias as possibilidades do inimigo: o emprego de forças navais para reforçar as tropas estacionadas no Brasil e, dessa forma, proporcionar-lhes novas alternativas de ação em terra firme; o bloqueio de portos ou a realização de desembarques; e ataques ao litoral de províncias leais a D. Pedro e, até mesmo, ao Rio de Janeiro. Valendo-se da contestação ao príncipe pelas armas fiéis a Lisboa no Pará, no Maranhão, na Bahia e na Cisplatina, essas forças podem contribuir para a transformação de tais províncias em focos de expansão do projeto recolonizador. A estratégia portuguesa terá um sentido constrangedor, baseado na iniciativa das ações e na ofensiva, para forçar o Brasil a voltar à condição de colônia. Para as Cortes, a guerra é concebida como um ato de violência para obrigar o príncipe a submeter-se à vontade de Lisboa.⁴

Nessa perspectiva, o principal objetivo militar das Cortes – o objetivo na guerra, de Clausewitz – é o controle da Bahia. Na carta que escreve ao rei, em 17 de março de 1822, Madeira destaca a importância estratégica da capital da província: “Cumpre-me informar a V.M. que a capital da Bahia, pela sua situação geográfica, pelo seu comércio, população e outras particularidades, é um daqueles portos do Brasil que muito con-

vém conservar para assegurar a estabilidade do reino. A importância de seu Recôncavo torna ainda mais interessante a cidade e a Província; porém da conservação dele está dependendo a da cidade”.⁵

A avaliação de Madeira não se reduz a um enfoque local da guerra. A Bahia é uma pedra angular no edifício das pretensões portuguesas. Bastião colonialista mais próximo do Rio de Janeiro, é percebida como um dique à interferência de D. Pedro e ao alastramento da revolução para o norte do País. Dominando a Bahia, o partido português poderia usá-la como plataforma para a recuperação do resto do Brasil e, em último caso, considerando-se hipótese mais pessimista, seguir a orientação proposta por Soares Franco nas Cortes: “Conservaremos algumas províncias ao norte do Brasil, pelo menos; faremos um comércio útil com as outras, se imperiosas circunstâncias as separarem”.⁶

É para a Bahia, por conseguinte, que seriam encaminhados navios e tropas para ficarem sob as ordens de Madeira. A antiga capital do Brasil é o ponto central de referência das articulações das Cortes. Já em princípios de 1823, planeja-se a transferência da tropa portuguesa de Álvaro da Costa, estacionada em Montevidéu, para a Bahia. É a partir dessa província que Madeira pretende despachar a força naval do Almirante Felix Pereira de Campos para bloquear o porto do Rio de Janeiro e imobilizar a esquadra que ali estava sendo organizada. A manobra estratégica gira em torno de um objetivo militar – a Bahia – cujo controle é visto como condição indispensável para as operações de resgate do Brasil.

4 A definição original de Clausewitz é: “A guerra é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a executar nossa vontade”. *Op. cit.*, p. 51.

5 Na comunicação de Madeira ao rei de Portugal, de 17 de março de 1822, reproduzida em Braz do Amaral. *História da Independência na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 130.

6 Em pronunciamento no dia 21 de setembro de 1822. Citado em José Honório Rodrigues. “As Forças Armadas”. In: _____. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, v. 3.

Já a política do governo de D. Pedro, dedicada a garantir a Independência, engendrará uma estratégia de reação às esperadas iniciativas portuguesas e, ao mesmo tempo, impositiva, para assegurar a união das províncias ao centro de poder encabeçado pelo príncipe. A estratégia independentista abrange a consolidação dos êxitos políticos já alcançados. Deve assumir, portanto, um sentido basicamente conservador: contrapor-se às tentativas portuguesas de alterar a situação e refazer o passado colonial. Para a liderança independentista, a guerra é percebida como um ato de violência para obrigar as Cortes a respeitar a vontade do príncipe.

O ato de violência é racionalizado, então, na forma de uma estratégia cujo objetivo principal – o objetivo na guerra – é a neutralização do poder militar repressivo das Cortes. É esse o obstáculo mais definido e resistente à consumação do projeto brasileiro. A estratégia assume seu papel como instrumento de realização da finalidade política.

À medida em que se passa da intenção à ação, da esfera política à militar, a influência dos fatores concretos da situação irá manifestar-se com maior rigor. A estratégia terá de acomodar-se às imposições desses fatores, adaptar-se às circunstâncias e pressões da realidade. Nela se destacam questões associadas à natureza do objetivo militar – o objetivo na guerra – exigindo imaginação e esforço de vontade do estrategista: como fazer face às forças enviadas ou a serem enviadas de Lisboa? Como convencer as províncias do Maranhão e do Grão-Pará a se unirem ao resto do Brasil?

Como levar a tropa portuguesa a abandonar a Cisplatina?

A resposta a essas questões – e a várias outras que serão ainda levantadas em paralelo ou em decorrência dessas – deve apoiar-se no exame da realidade. Supõe a consideração dos tipos e do significado militar das ameaças percebidas, em função de sua localização, da capacidade de combate, recursos e alternativas de ação que estejam em condições de executar.

Tomando como referência o potencial militar do inimigo, a estratégia emancipacionista irá se fixar primeiro nas forças navais de além-mar. Elas podem engrossar

com novas unidades e armas aquelas já estacionadas no Brasil, abrir-lhes novas possibilidades de ação com os navios de guerra. Diante desse quadro, a estratégia deverá se projetar em operações de natureza impeditiva, de interdição: vigiar e controlar áreas marítimas – em especial, o

litoral da Bahia – para obstar o deslocamento do inimigo e evitar que sejam criadas condições que lhe permitam concretizar, pelo bloqueio ou o desembarque de tropas, o propósito intervencionista.

Já é de outro feitio a ameaça representada pelas armas fiéis a Lisboa em Grão-Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina. Os governos dessas províncias põem em perigo a integridade territorial do País. São focos de contaminação política e, possivelmente, desdobramento militar do projeto recolonizador. As operações enfileiradas na estratégia de neutralização da ameaça, visando a compelir as forças inimigas nas províncias a se retirarem do Brasil, serão de natureza principalmente coercitiva.

À medida em que se passa da intenção à ação, da esfera política à militar, a influência dos fatores concretos da situação irá manifestar-se com maior rigor

Em seu nível mais elevado, a estratégia da Independência deriva do projeto político e da consideração das ameaças que o espreitam. Em sua concepção se destaca, assim, o objetivo de interdição: impedir a intervenção das forças portuguesas, que deve ser rematado com a ação coercitiva para garantir a incorporação de todas as províncias ao centro político do Rio de Janeiro.

A ESTRATÉGIA EM FORMAÇÃO

O ponto de partida da formulação estratégica da Independência é o decreto de 1º de agosto de 1822, que declara inimigas as tropas mandadas de Portugal. A necessidade de a população conhecer a orientação a seguir, no caso de tentativas de desembarque e ataque pelas forças das Cortes – além do efeito psicológico almejado com essa evidente demonstração de força e vontade –, explica sua divulgação na forma de um decreto, que começa nomeando o inimigo: “Todas e quaisquer tropas, que de Portugal ou outra qualquer parte forem mandadas ao Brasil sem prévio conhecimento meu [D. Pedro], debaixo de qualquer pretexto que seja; assim como todas as tripulações e guarnições dos navios em que forem transportadas, se pretenderem desembarcar”. Essas tropas deverão ser “rechaçadas com as armas na mão”.⁷

Como repelir o desembarque e o ataque das tropas inimigas “com as armas na mão”? O decreto dá instruções sobre a matéria. Serão empregadas inicialmente todas as forças militares de primeira e segunda linhas e o “povo em massa”. Todos os meios disponíveis serão utilizados para enfrentar o inimigo. Se necessário, seus navios serão incendiados e as lanchas de

desembarque afundadas. As autoridades locais fortificarão os portos por onde os desembarques possam se realizar.

Seria preciso ter em vista, no entanto, que, apesar da resistência, as tropas invasoras poderiam firmar-se em algum ponto do litoral. Nesse caso, a população deveria retirar-se para o interior levando “para as matas e montanhas todos os mantimentos e boiadas”, de modo a privar o atacante de recursos necessários à própria sobrevivência. Os brasileiros farão “crua guerra de postos e guerrilhas, evitando toda a ocasião de combates gerais, até que consigam ver-se livres de semelhantes inimigos”. A guerrilha, percebida como expediente capaz de permitir ao mais fraco opor-se ao mais forte e progressivamente desgastar a sua força, é incorporada à estratégia brasileira.

A defesa terrestre do litoral, preconizada no “decreto das tropas inimigas”, é outra vez considerada, um mês mais tarde, pelo General Joaquim Xavier Curado, representante de Santa Catarina no Conselho de Procuradores das Províncias. Seus “apontamentos” sobre a “defesa externa do Rio de Janeiro desde a Ilha Grande até Cabo Frio e sobre a defesa interna da Capital” consideram o problema em um trecho restrito do litoral. Evidenciam a preocupação com um ataque direto ao Rio de Janeiro.⁸

O cenário da luta imaginado por Curado parte da premissa de que as unidades navais inimigas não conseguirão forçar a barra do Rio de Janeiro, protegida por fortificações permanentes e baterias flutuantes. As mais prováveis alternativas de desembarque seriam, assim, na Ilha Grande e em Parati, de onde os portugueses avançariam em direção à capital. Curado também não

7 As citações do decreto de 1º de agosto de 1822 (“Decreto das tropas inimigas”) foram extraídas do texto reproduzido em Paulo Bonavides e R. Amaral Vieira. *Textos Políticos da História do Brasil: Independência. Império (I)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1973, p. 78-80.

8 Senado Federal. Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, 1822-1823. In: _____. *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, v. 1, p. 95-99.

despreza a possibilidade de o desembarque efetuar-se mais ao norte, em Itaipu, Ponta Negra ou Cabo Frio.

Para o procurador de Santa Catarina, dois fatores terão influência dominante no andamento da luta. Primeiro, a carência de apoio logístico das forças atacantes. O inimigo vai precisar de mantimentos, de animais para carga e para formar uma cavalaria, que, mesmo pequena, proteja a infantaria e lhe dê maior poder ofensivo. O povo deverá transferir para além da Serra Geral e para os campos de Macacu todo o gado, gêneros e utensílios, danificando aqueles que não possa transportar. Privar-se-á o inimigo de todo e qualquer recurso que lhe possa ser de algum proveito.

O segundo fator diz respeito às características do terreno em que as forças atacantes iriam deslocar-se. Para chegar à capital, elas teriam de superar ponderáveis obstáculos naturais. A distância e o estado dos

caminhos dificultarão o transporte da artilharia, limitarão a segurança e a velocidade de avanço das tropas. As forças brasileiras acosarão o inimigo com escaramuças constantes, em especial com a cavalaria, mas também com a infantaria, fazendo-lhe “repetidas emboscadas, incomodando-o terrivelmente”.

Curado não esquece de prever a distribuição das forças brasileiras no terreno. Para contrapor-se à invasão, as tropas de primeira e segunda linhas ocuparão posições ao sul do Rio de Janeiro. Pontos ao norte da barra, de Itaipu a Cabo Frio, serão guarnecidos pelas milícias desses distritos, formando um dispositivo com-

binado de infantaria, cavalaria e algumas peças ligeiras. As milícias deverão operar na defensiva, não oferecendo resistência demais nem efetuando ataques de grande vulto, retirando-se, se necessário, e sempre de maneira ordenada, para posições a cavaleiro das estradas que levam a Macacu.

AS OPÇÕES NAVAIS DA ESTRATÉGIA

O “decreto das tropas inimigas” expõe a preocupação do governo com tentativas de desembarque e, de maneira geral, com a defesa da costa. O componente terrestre da

estratégia não ofusca, contudo, o reconhecimento da importância do mar como palco da luta. A visão estratégica naval se desenvolve em paralelo à visão terrestre.

A liderança brasileira não tem a intenção de projetar forças pelo mar até a ex-metrópole. Dada a natureza do conflito, o ataque ao terri-

tório português não é requisito estratégico indispensável ao atingimento de seus fins. A consecução do objetivo político não depende desse ataque, mas, por outro lado, a liderança também não pretende acomodar-se à defesa passiva do território sob seu controle, deixar-se enclausurar no Rio de Janeiro. A razão política deve engendrar, então, uma modalidade de ação estratégica defensiva em sua acepção mais abrangente, e ativa, em oposição a um conceito de defesa estática e puramente reativa.

Como se tivesse à vista essa exigência, José Bonifácio ressalta o papel da Marinha. Em uma de suas cartas a Brant, encarregado de Negócios do Brasil em Londres, afirma,

Faltava ao País, escreve o Patriarca, maior experiência nas lides navais. Só o tempo poderia permitir que a Marinha chegasse “ao estado que reclama a dignidade e grandeza deste Império”

em 4 de outubro, que um dos “pontos essenciais” a cujo atendimento no momento o governo se dedica é a “defesa exterior deste Reino”. Faltava ao País, no entanto, escreve o Patriarca, maior experiência nas lides navais. Só o tempo poderia permitir que a Marinha chegasse “ao estado que reclama a dignidade e grandeza deste Império”.⁹

Já no início de novembro, pressionado pelos acontecimentos, o ministro crê não ser apenas necessária, mas também urgente, “a prontificação de uma Força marítima tal no Brasil, que possa obrar em massa ou subdividir-se pelos diversos pontos da Costa, segundo as ocorrências”.¹⁰

A concepção que vai aos poucos se firmando não se detém na exclusiva consideração das circunstâncias do momento. Não se refere apenas ao perigo iminente, representado pelo inconformismo de Lisboa com o rumo dos acontecimentos no Brasil. Ao contrário, tende a referir-se a um projeto político de maior alcance e permanência. Põe-se a serviço da consolidação do Estado brasileiro. Assume sentido mais amplo e duradouro.

Hipólito José da Costa aborda esse ponto no *Correio Braziliense*. Para afirmar-se como Estado independente, não seriam poucas as dificuldades que o Brasil teria

de enfrentar. O emprego da força naval – escreve o jornalista – não deveria limitar-se à consideração da “mesquinha esquadra de Portugal”. Na opinião de Hipólito, a invasão do Brasil “por qualquer nação poderosa é perigo meramente imaginário: mas é não só possível, mas muito factível”, que, se o Brasil não dispuser de “uma esquadra proporcional à sua extensão de costas e

multiplicidade de portos, seja insultado em suas praias até por um bando de corsários, que deseje roubar-lhe suas riquezas; e muito mais é de recear, nesse caso, o ataque da parte de alguma nação que possua forças marítimas”. Adverte que “seria descuido injustificável” o Brasil “declarar-se nação independente, e não cuidar em adquirir os meios de sustentar essa independência, e os meios não são outros senão a criação de

poderosa força naval”.¹¹

A intenção de Hipólito não é persuadir o governo da necessidade de ter uma Marinha. Já o sabe convencido disso. Era preciso, no entanto, sensibilizar o povo, a elite, de modo a que todos aceitassem de bom grado o sacrifício das despesas – “já que com tanta razão resolveram fazer dele [o Brasil] um Império Independente”.¹² As preocupações do jornalista não se limitam às exigências da conjuntura, à ameaça de

Hipólito Costa adverte que “seria descuido injustificável” o Brasil “declarar-se nação independente, e não cuidar em adquirir os meios de sustentar essa independência, e os meios não são outros senão a criação de poderosa força naval”

9 Na carta de 4 de outubro de 1822, reproduzida em Senado Federal. *Obra Política de José Bonifácio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, v. 1, p. 559.

10 Na carta de 3 de novembro de 1822 a Brant, reproduzida em *ibid.* v.1, p. 563.

11 Reproduzido em Barbosa Lima Sobrinho (org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/MEC, 1973, p. 618-619.

12 *Ibid.*, p. 618.

intervenção das Cortes de Lisboa. Concebe a Marinha como um instrumento permanente e essencial de afirmação nacional.

O reconhecimento do papel da Marinha leva à progressiva montagem, nas sessões do Conselho de Procuradores das Províncias, de um conceito estratégico naval que privilegia a interdição. Um de seus expoentes é o conselheiro Lucas José Obes, procurador da Cisplatina.

Na sessão do dia 2 de setembro, presidida pela princesa real, Obes discorre sobre os fatores que, em sua opinião, deveriam balizar a estratégia militar e, em particular, a estratégia naval. Examina a situação e compara os dois poderes em confronto. Afirmo que Portugal não é mais nos mares a potência de outros tempos; e que o Brasil, ao contrário, dispunha de uma grande diversidade de recursos para defender-se.¹³

Obes acrescenta ao conceito de defesa territorial, inscrito no “decreto das tropas inimigas”, o enfoque da interdição a longa distância da costa brasileira. Está convencido de que a defesa dos direitos brasileiros deve ser confiada, sobretudo, a Netuno. O Brasil precisava de uma Marinha – diz o conselheiro – para defender-se em tempo de guerra e assegurar, na paz, a comunicação entre o centro e os extremos de tão vasto domínio.

E continua: a posição do Brasil, separado de Portugal pelo Atlântico, é trunfo impossível de se desprezar. Como consentir que o inimigo realize sem contestação

uma “marcha” de 2 mil léguas? A ação da Marinha, forçando a luta no mar, teria a vantagem de evitar danos em terra e o sofrimento do povo. Pouparia o País de ser atingido em sua substância viva. Obes justifica a prioridade que atribui ao emprego do poder naval argumentando que, derrotados no mar, os independentistas permaneceriam controlando ainda a maior parte do Brasil, enquanto Portugal, mais cedo ou mais tarde, não teria alternativa senão abandonar seu intento.

Ao ressaltar o papel da Marinha, o conselheiro projeta o campo de batalha

Rezende sugere a criação de duas esquadras, “uma das quais deverá cruzar nas [águas] da Bahia e Províncias do Norte, e outra desde o Rio de Janeiro até Santa Catarina”

para longe do território brasileiro, aprofunda a interdição na direção do inimigo e distingue sua força naval como o principal objetivo militar brasileiro.

As ideias estratégicas do representante de Minas Gerais, Estevão Ribeiro Rezende, expressas em 10 de setembro no Conselho,

insistem na relevância do poder naval na guerra que se aproxima: “Eu terei sempre por axioma político que a defesa do Brasil, segurança e liberdade de seu comércio residirão antes nas forças de mar do que de terra”. O governo brasileiro só poderia repelir um bloqueio ou tentativas de invasão por meio de uma força naval: uma “força de mar postada nos principais portos das Províncias coligadas”.¹⁴

Rezende sugere a criação de duas esquadras, “uma das quais deverá cruzar nas [águas] da Bahia e Províncias do Norte, e outra desde o Rio de Janeiro até Santa

13 Representação exposta na sessão do Conselho de 2 de setembro de 1822. Em Senado Federal. *Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, 1822-1823*, p. 81-86.

14 Representação propondo medidas para a segurança do País, exposta na sessão do Conselho de 10 de setembro. *Ibid.*, p. 87-93.

Catarina”. A defesa dos portos com barcas canhoneiras e a fortificação dos possíveis pontos de desembarque, próximos das principais cidades marítimas, são outras providências que estima necessárias. Recomenda a aquisição de seis brigues, que seriam empregados no patrulhamento de áreas críticas e encarregados de passar às esquadras informações obtidas de outras embarcações.

Obes e Rezende destacam o papel do poder naval, mas concebem de maneira um tanto diferente o seu emprego. As duas concepções não coincidem inteiramente. Para o procurador da Cisplatina, o objetivo estratégico é a neutralização da força naval inimiga, enquanto o objetivo vislumbrado por Rezende, como efeito desejado, é a defesa marítima da costa. Na representação ao Conselho, Obes deixa entrevista uma orientação oceânica para o emprego do poder naval. Rezende esposa um ponto de vista litorâneo. O palco estratégico evocado por Obes é o de águas distantes; o de Rezende tem como referência a geografia continental.

Ao declarar que não se deve permitir ao inimigo encetar uma “marcha” de 2 mil léguas sem ser molestado, Obes salienta a necessidade de uma Marinha capaz de operar autônoma e ofensivamente, de procurar impor-se às forças navais portuguesas em alto-mar. O enfoque de Obes é avançado, no sentido de privilegiar a interdição a grande distância e mesmo, pode-se especular, nas proximidades do continente europeu.

Rezende, por outro lado, acopla, em articulação mais estreita, a luta no mar à defesa do território. O representante de Minas Gerais percorre mentalmente o caminho contrário, da ação naval à defesa terrestre, com recomendações tangentes às

diretrizes do “decreto das tropas inimigas”. Para Rezende, seria mais conveniente aguardar a chegada do inimigo, patrulhando a costa, fortificando os portos e organizando o povo para a defesa das cidades. A visão de Rezende dá ênfase à interdição a curta distância do litoral, que, no entanto, poderia ser secundada pelo envio de corsários até mesmo às praias portuguesas.

O curso se apresenta, então, aos olhos do Conselho como resposta ao mesmo tipo de ação desencadeada pelas Cortes. Aprova-se, em consequência, em 21 de dezembro, o “Regimento para o Corso do Brasil contra o Comércio, Embarcações e Propriedades dos Portugueses do Reino da Portugal”.¹⁵ Nove dias depois, é baixado o alvará do regimento sobre o curso, com vistas a poder-se “repelir por todos os modos os ataques que o Governo de Portugal (...) insiste em dirigir pela maneira a mais pérfida contra a propriedade pública e particular deste Império”.¹⁶

A liderança brasileira não concebe o curso como outras nações – a Inglaterra de Hawkins e de Drake, por exemplo – o haviam concebido. Não vê o curso como um segmento da guerra naval destinado a minar o poder e privar o adversário de recursos para a luta. Não é esse o propósito explícito no alvará. O curso é adotado como um meio de retaliação, sem acentuada relevância, mesmo que a longo prazo, para o desfecho da guerra. Tem alcance restrito. Contempla, como resposta a investidas contra o patrimônio brasileiro, mais o efeito moral que o econômico. Sua finalidade é demonstrar ao inimigo, em suma, que a imposição de danos à propriedade brasileira não seria compensadora. A liderança não espera que o curso tenha um efeito militar decisivo na guerra.

15 Na ata da sessão do Conselho de 21 de dezembro de 1822. *Ibid.* p. 55.

16 Alvará do Regimento, reproduzido em Theotonio Meirelles da Silva. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1882, v. II, p. 85-86.

A ESTRATÉGIA EM EXECUÇÃO

A interdição estratégica é instrumento de um objetivo político “conservador”: garantir a Independência. Mas não se trata de uma independência qualquer, amorfa e sem matizes. A consumação do objetivo político estaria incompleta se algumas de suas expressões fossem esquecidas, entre elas a preservação da integridade territorial e da unidade política do País. A estratégia teria, por isso, de incorporar ao componente operacional de interdição outro de coerção, para assegurar a confluência de todas as províncias ao “centro de força e união” preconizado por José Bonifácio.

Sob o ponto de vista militar, o componente de coerção responde à necessidade de fortalecimento da retaguarda, de limpeza dos bolsões de resistência e contestação que comprometem a consecução do objetivo: ajusta-se, e é peça inseparável de uma concepção de defesa ativa. Interdição e coerção se combinam na partitura estratégica do objetivo político.

A neutralização do adversário em território brasileiro começa a ser tracejada na sessão do dia 15 de junho do Conselho de Procuradores das Províncias. É sugerido, nessa ocasião, o envio de uma carta régia a Madeira, determinando sua imediata saída do País com as tropas que comandava, e outra à Junta de Governo da Bahia, com ordem de deslocar o povo da capital para o interior da província, caso Madeira se

recusasse a partir.¹⁷ Formalizando a recomendação do Conselho, D. Pedro ordena ao general, no mesmo dia, na qualidade de Príncipe Regente do Brasil e ouvido o “Meu Conselho de Estado que, logo que receber esta, embarqueis para Portugal com a tropa que tão impoliticamente foi mandada”.¹⁸

Oito dias depois, o Conselho vai mais adiante ao aprovar o envio de socorros militares à Bahia. Caberia aos ministros determinar “forças, e munições, que se deveriam remeter, assim como a formação do plano de operações, e instruções para os comandantes empregados”.¹⁹

Ao contrário da interdição – formulação prospectiva, de oposição às forças que viriam da Europa –, a ação coercitiva se apresenta como resposta corrente aos desafios lançados à Independência nas províncias. Vai sendo concebida e executada a partir da situação vivida em cada província, sob a pressão dos acontecimentos, de fatos já manifestos, e não – como no caso da interdição – por se manifestarem.

As instruções recebidas pelo comandante da primeira expedição contra Madeira, o chefe de divisão Rodrigo Delamare, derivam da situação vigente na Bahia. Refletem a estratégia brasileira no início da guerra. Não ignoram a pouca experiência e a carência de meios dos partidários da Independência na província para conseguirem a capitulação das tropas inimigas, que, aguerridas e suficientes para o controle da capital e arredores, ainda aguardam

A neutralização do adversário em território brasileiro começa a ser tracejada na sessão do dia 15 de junho de 1822 do Conselho de Procuradores das Províncias

17 Tanto a carta régia a Madeira como a carta régia à Junta de Governo são referidas na ata da sessão do Conselho, de 15 de junho de 1822. Estão reproduzidas em Senado Federal, *op. cit.*, p. 15-16.

18 Na intimação de D. Pedro a Madeira, de 15 de junho de 1822, reproduzida em Braz do Amaral, *op. cit.*, p. 167.

19 Na ata da sessão do Conselho de 23 de junho de 1822, reproduzida em Senado Federal, *op. cit.*, p. 23.

reforços de Lisboa. O ataque frontal e imediato às tropas mais treinadas e armadas de Madeira seria uma empreitada temerária, uma aventura suscetível de ter um desfecho desastroso.

Organizada a força terrestre de 240 homens comandada pelo General Labatut, e aprestadas a Fragata *União*, as corvetas *Liberal* e *Maria da Gloria* e o Brigue *Reino Unido*, são recebidas pelo comandante da força naval, em 12 de julho, as instruções do ministro da Marinha.

A ação coercitiva compreende duas tarefas principais. A primeira se refere ao desembarque da tropa na Bahia. Delamare demandará, com a força naval, Itapoã ou a Torre, ao norte da capital da província. Lá chegando, entrará em contato com as autoridades locais, se forem favoráveis à Independência. Em terra firme, Labatut dirigirá a luta contra Madeira, combinando a força sob o seu comando com a das vilas confederadas de Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro, que, desde junho de 1822, reconhecem o governo do príncipe. A segunda tarefa diz respeito ao bloqueio do porto da Bahia. Delamare deixará partir do porto as embarcações que assim o desejarem, mas não permitirá a entrada de qualquer navio transportando mantimentos ou material de guerra.

As instruções recebidas por Delamare espelham o panorama político ainda duvidoso. A indecisão permeia as ordens recebidas pelo chefe de divisão: deveria usar de toda a moderação ao obstar a entrada

no porto das embarcações procedentes de Lisboa; se a atitude “moderada” não surtisse efeito, bater-se-ia, se necessário, até o “último extremo”; contudo, se as forças adversárias fossem superiores, evitaria o combate; no entanto, não perderia oportunidade de infligir todo o dano possível a essas forças; mas... sem se arriscar. Completando o elenco de restrições, dava-se conhecimento a Delamare da obrigação de justificar seus atos e suas decisões quando voltasse ao Rio de Janeiro.²⁰

O mesmo propósito coercitivo da missão de Delamare é reiterado por ocasião da segunda expedição à Bahia. O porto permanecia aberto e as tropas portuguesas plantadas na província. Com o decreto de 29 de março de 1823, D. Pedro declara o porto sob

**Cochrane deve destruir
ou capturar as unidades
portuguesas, causar o
maior dano possível ao
inimigo**

rigoroso bloqueio. Proíbe a “entrada de todas e quaisquer embarcações, nacionais ou estrangeiras, de guerra ou mercantes, enquanto ali existirem tropas portuguesas”. O executor do bloqueio será o Almirante Cochrane.²¹

Cochrane deve destruir ou capturar as unidades portuguesas, causar o maior dano possível ao inimigo. Suas ordens já não comportam a ambiguidade daquelas recebidas por Delamare. São, ao contrário, enxutas e incisivas. Mudara o ministro da Marinha – antes, o Chefe de Esquadra Manuel Antonio Farinha, português de origem; agora, o Capitão de Mar e Guerra Luis da Cunha Moreira, brasileiro nato. É outra a disposição do governo do Rio de Janeiro. A diluição das incertezas políticas se reflete

20 Instruções reproduzidas em Prado Maia. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/MEC, 1975, p. 48-49.

21 O decreto de 29 de março está reproduzido em *ibid.*, p. 71.

na campanha militar. Cochrane pode levar os navios que desejar e agir do modo que julgar ser o mais conveniente. O Primeiro Almirante desfrutará de toda a liberdade de ação, tomando as decisões que considere serem as mais apropriadas ao sucesso da expedição.²²

O controle da área marítima nas proximidades da capital da província, confiado a Cochrane, não é um fim em si mesmo. É parte de uma estratégia que se completa com a ação das forças de terra. Cochrane deverá entender-se

com o General Labatut, comandante do exército do Recôncavo, prestando-lhe o apoio necessário. As operações de guerra na Bahia terão como premissa a cooperação entre as forças terrestre e naval. Labatut, por sua vez, corresponder-se-á com o almirante, combinando planos e, quando for o caso, os termos de rendição da tropa portuguesa. A força naval comandada por Cochrane – informa o governo imperial a Labatut – é enviada à Bahia para neutralizar a esquadra portuguesa e, assim, facilitar o assédio e o ataque da força terrestre brasileira à tropa inimiga na capital.

Impedindo a chegada de novos recursos, debilitando o moral e limitando as possibilidades militares das forças fiéis a Lisboa na Bahia, a esquadra brasileira deve criar condições para a decisão em terra firme. Por sua própria natureza, a força naval não “executa” a expulsão. Não ocupa posições em terra, mas pode controlar o espaço marítimo vital ao inimigo, engendrar situação propícia à força terrestre para uma vitória decisiva, ou seja, uma vitória com consequência política: a integração da província ao resto do Brasil. É isso, afinal de contas, o que se pretende alcançar pela guerra.

À medida que o Rio de Janeiro não é diretamente visado pelas Cortes e que as ameaças nas províncias tendem a se mostrar mais cruciais, a manutenção da unidade política e territorial da ex-colônia passa a ser a preocupação dominante da liderança brasileira. As armas portuguesas estacionadas no País comprometem essa unidade. A situação justifica a mudança de foco na visão estratégica independentista, em benefício da ação coercitiva.

A estratégia da Independência toma um sentido mais ofensivo. Embora a guerra não

Impedindo a chegada de novos recursos, debilitando o moral e limitando as possibilidades militares das forças fiéis a Lisboa na Bahia, a esquadra brasileira deve criar condições para a decisão em terra firme

A História não se repete – é verdade –, mas nem por isso seria razoável desprezar ensinamentos que podem ser úteis no presente. O delineamento de uma visão estratégica associada ao processo político da Independência é um exemplo valioso

²² As ordens recebidas por Cochrane, em 30 de março de 1823, estão reproduzidas em *ibid.*, p. 71-72.

comporte batalhas monumentais ou grandes ataques diretos decisivos, esse sentido se manifesta nas operações de bloqueio e no efeito constringente que a presença da esquadra brasileira exerce sobre a portuguesa na Bahia e na Cisplatina, nos desembarques de Labatut e do Batalhão do Imperador na Bahia seguidos do avanço em direção à capital, na intervenção armada dos independentistas no norte do País.

CONCLUSÃO

As ideias estratégicas da Independência

se produzem a partir de uma situação concreta e inapelável quanto à ameaça militar à sobrevivência do Estado recém-independente. Como em todo ambiente de crise, ela envolve um sentimento de incerteza em rela-

ção a seus desdobramentos; e de urgência, no que diz respeito às decisões a adotar. Os estrategistas do Brasil independente não se veem diante de hipóteses conflituosas de maior ou menor probabilidade de ocorrência. Deparam-se com uma ameaça incontornável, com referência à qual devem instrumentar, sob pressão dos acontecimentos, a ação estratégica à consumação do projeto. Não se perdem em ilações estranhas à realidade que vivenciam.

A História não se repete – é verdade –, mas nem por isso seria razoável desprezar

ensinamentos que podem ser úteis no presente. O delineamento de uma visão estratégica associada ao processo político da Independência é, nesse sentido, um exemplo valioso. Ele nos permite destacar ideias e decisões que se prestam a estimular a reflexão estratégica de nossos dias.

Não estou querendo dizer – convém esclarecer esse ponto – que a conjuntura da Independência e a atual sejam iguais ou mesmo semelhantes. Longe disso. Quase dois séculos depois, são outros os dilemas a enfrentar, os fatos e circunstâncias que balizam a presença do Brasil no cenário

mundial. Mas, embora distantes no tempo, as duas conjunturas admitem um mesmo referencial de análise, derivado do contexto em que se inscrevem as interações entre a política e a estratégia.

Se, no passado, tais interações tiveram como pivô o objetivo político de garantir a Independência, uma estratégia atual não poderia deixar de referir-se a um projeto político atento à realidade e aos interesses nacionais. Em outras palavras: uma estratégia voltada a garantir, em seu âmbito próprio de aplicação, a continuidade e a segurança necessárias à condução política do processo de amadurecimento do Brasil como nação. O pensamento estratégico associado à Independência refulge, assim, como se fosse inspiração para os desafios de nossos dias.

O pensamento estratégico associado à Independência refulge, assim, como se fosse inspiração para os desafios de nossos dias

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES>; Estratégia; Poder; Política; Independência; História do Brasil; História de Portugal;

Venha visitar o Espaço Cultural e embarque na história da navegação!



ESPAÇO CULTURAL DA MARINHA

Av. Alfred Agache s/nº, Centro, Rio de Janeiro, RJ

Informações: (21) 2104-6025



Galeota *D. João VI*



Ilha Fiscal



Rebecador *Laurindo Pitta*

Ao visitar o Espaço Cultural da Marinha, você vai embarcar numa sensacional viagem pela história do Brasil e da navegação. Logo na entrada, a exuberante Galeota *D. João VI* vai transportá-lo ao século XIX. Construída em 1808, em Salvador, essa embarcação esteve em uso até os primeiros governos republicanos.

A viagem continua a bordo do Submarino *Riachuelo*, atracado no cais do Espaço Cultural. Em seu pátio, podemos conhecer também o Helicóptero *Rei do Mar*.

Uma outra atração é o Passeio Marítimo pela Baía de Guanabara a bordo do Rebecador *Laurindo Pitta*, que participou da Primeira Guerra Mundial. Os passeios são realizados de quinta a domingo em dois horários: 13h15 e 15h15.

Para vivenciar ainda mais os cenários da história, convidamos a uma visita na Ilha Fiscal. Célebre por ter sido palco do “Último baile do Império”, a Ilha Fiscal funciona como museu desde 1999. A Escuna *Nogueira da Gama* transporta os visitantes até a Ilha, saindo do cais do Espaço Cultural de quinta a domingo, às 13h, 14h30 e 16h. Na visita guiada são mostrados o prédio, os salões, o torreão e as exposições permanentes da Ilha Fiscal.

É a Marinha cada vez mais perto de você, valorizando a cultura e a nossa História.

ABERTO À VISITAÇÃO DE TERÇA A DOMINGO, DAS 12H ÀS 17H, COM ENTRADA GRATUITA.
Ingressos para o Passeio Marítimo e Ilha Fiscal são adquiridos na bilheteria do Espaço Cultural, de 11h às 16h.